

CASTRO LABOREIRO E O SEU CASTELO

CONTRIBUTO PARA O SEU ESTUDO

Diana Carvalho

(mestranda em História e Património, dianacarvalho.pt@gmail.com)

RESUMO:

Propõe-se neste artigo o tratamento amplo de um conjunto de temas, sendo a unidade dos conteúdos conferida por uma perspectiva global na longa duração, sobre o território de Castro Laboreiro e o seu castelo. Articulou-se a análise administrativa, política, militar e patrimonial, conforme a bibliografia e as fontes permitiram, assumindo-se, desde já, o difícil estudo deste tema.

PALAVRAS-CHAVE:

Castelo, Castro Laboreiro, História.

ABSTRACT:

It is proposed in this article the broad treatment of a range of issues, the unity of content being given by a global perspective in the temporal long term about the territory of Castro Laboreiro and its castle. It was articulated the administrative, political, military and cultural heritage process analysis, as the bibliography and sources allowed, assuming, as soon as possible, the difficult study of this topic.

KEY WORDS:

Castle, Castro Laboreiro, History, Cultural Heritage, Notes.

1. Acesso, geografia e implantação

Actualmente, a freguesia de Castro Laboreiro encontra-se em união política com a freguesia de Lamas de Mouro, ambas situadas no Distrito de Viana do Castelo, no Concelho de Melgaço. Situa-se entre duas cidades, uma a sudeste, a 16 km, Entrimo (Ourense), e outra a noroeste, a 26 km, Melgaço (sede de Concelho), a cidade portuguesa mais próxima. A estrada que as liga passa por Castro Laboreiro, facto que trouxe a esta Vila fronteiriça, nos anos 80 uma abertura para o mundo (com a liberalização das fronteiras), em direcção às grandes cidades do Norte de Portugal e do Norte de Espanha, colmatando algumas lacunas de abastecimento que se faziam sentir e se tinham vindo a resolver com o contrabando ao longo dos séculos. Partindo do centro da Vila e percorrendo a estrada municipal EM 1160 até ao lugar da Ameijoeira Castro

Laboreiro encontra-se a 7 km da fronteira com a Galiza. Uma das referências turísticas e religiosas mais importantes é o Santuário da Peneda, cuja distância a Castro Laboreiro é de 16 km. Este era, e é, um antigo acesso percorrido em direcção aos Arcos de Valdevez. As serras da Peneda eram por si também um ponto de travessia para os peregrinos a caminho da Santiago de Compostela. A estrada de Arcos de Valdevez em direcção a nordeste era um acesso medieval e moderno, entre Braga e Castro Laboreiro, ou seja, entre a arquidiocese e esta paróquia, por onde se terá exercido poder religioso e comercial¹. Uma outra referência

¹ Segundo a consulta do mapa "*Ligações em Entre Douro e Minho nos finais do século XV*", (simplificado de C. A. Ferreira de Almeida, "*A Pobreza e a assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*", 1972 (MATTOSO, 1997)).

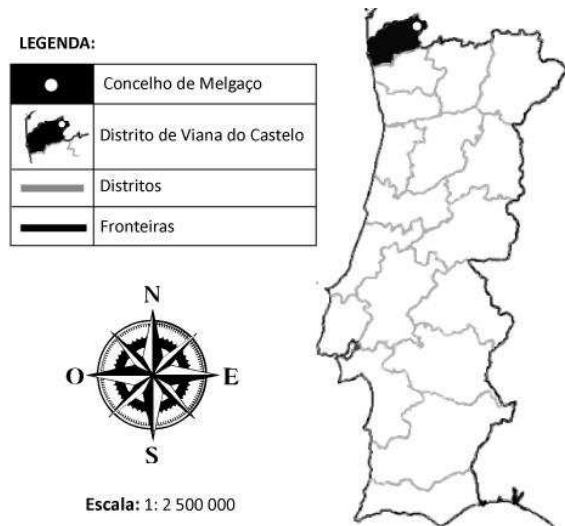


Fig. 1: Localização do Concelho de Melgaço, em Portugal e no Distrito de Viana do Castelo. Mapa base extraído do iGEO – informação geográfica. Desenhado por Diana Carvalho.



Fig. 2: Localização da U.F. de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro. Mapa base extraído do iGEO – informação geográfica. Desenhado por Diana Carvalho.

geográfica importante é Celanova (Ourense), distante de Castro Laboreiro 45 km, terra que desde a formação das monarquias do Norte tem vindo a exercer influência sobre os territórios do “*Leporarium*”, uma das designações latinas para o território: Laboreiro – do Latim “*Lepus*”, *leporis*, *leporum*, *leporarium*, *lepporeiro*, *leboreiro*, que segundo as teses actuais deriva de “*lebre*”, por se encontrarem nestas áreas caça

em abundância, nomeadamente, lebres². Celanova merece uma explicação mais detalhada, que se protelará até uma próxima secção deste artigo.

Em suma, os montes graníticos de Castro Laboreiro afloram nas terras do Soajo e estendem-se até Celanova, na Galiza, situando-se no Alto Minho interior. A freguesia de Castro Laboreiro confronta-se a Norte, a Este e a Sul com território galego, com uma área de 89 km², sem contar com os 17 km² de Lamas de Mouro, e situa-se no aglomerado montanhoso da serra da Peneda. As altitudes do território variam entre os 1100 e os 500 m. A jurisdição ambiental, (relevante pela vigilância e protecção da fauna e flora selvagens deste território), está sob a tutela do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG)³. O património histórico arquitectónico da freguesia está sob a égide da Direcção Geral do Património Cultural.

A sua composição e delimitação geográfica compreende também uma zona planáltica, com 30km de extensão, pontilhada por um vasto legado patrimonial (mamoas, antas, gravuras), e por cerca de 15 aldeias (ou lugares), de habitação de Verão, intitulados de brandas. Em contraste, nos vales escarpados localizam-se 19 inverneiras, lugares de habitação de Inverno. Existem ainda 7 aldeias de habitação permanente. Nestes aglomerados populacionais dispersos em redor da sede da freguesia (a Vila), ainda é possível detectar traços de uma vida quotidiana comunitária. Apesar de a historiografia situar Castro Laboreiro na área compreendida entre Douro e Minho, este território montanhoso contrasta com os vales, planícies e colinas das zonas baixas: “de um lado, as que praticam uma agricultura intensiva e formam zonas demográficas extremamente densas, embora a maioria dos seus componentes se distribua por pequenas unidades de exploração familiares e autónomas, elas próprias compostas por retalhos dispersos de campos muito divididos; do outro, as que vivem em boa parte do pastoreio de gado miúdo em terras pobres e inóspitas, onde se juntam em aldeias, praticam uma agricultura intermitente apenas em algumas épocas do ano, necessitam de manter laços de forte solidariedade colectiva para organizarem o trabalho e preservarem os mais caros meios de

² RODRIGUES, 1996.

³ RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 11-A/2011, 4 de Fevereiro de 2011 – “Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês”. In: *Diário da República*, 1ª série, N.º 25.

produção, como o forno, a eira, o moinho e o lagar.” (Mattoso, 1997, p. 143).

A fortaleza é principalmente acessível a pé, pois encontra-se situada no cume escarpado de um monte granítico, a cerca de 1033mts de altitude⁴, sendo os acessos Sul e Norte de características pedestres. No entanto o acesso motorizado ao início dos trilhos Sul e/ou Norte do monte do castelo é feito pela estrada nacional 202-3 e pela estrada municipal nº 1160. O acesso motorizado ao trilho pedestre Norte é feito pela estrada lateral ao Núcleo Museológico de Castro Laboreiro. O trilho de acesso Sul dista do castelo cerca de 1 km, e o trilho Norte cerca de 600 m.

2. Enquadramento histórico

2.1. O território

A síntese histórica que se segue procura agregar em linha cronológica os eventos que tiveram lugar na área territorial de Castro Laboreiro. Como nem sempre as fontes permitem a elaboração de uma cronologia específica e linear, o texto que se segue situará o território no Norte peninsular, no noroeste hispânico, nas montanhas do Alto Minho interior, na Calécia, na Galiza e no território nacional, conforme foi possível enquadrá-lo na historiografia, esperando que daqui resulte uma brevíssima história local, prolongada no tempo, desde a ocupação humana deste território. Enumeram-se também elementos patrimoniais das diversas épocas, que subsistem até hoje, por funcionarem como indicadores cronológicos na ausência da informação documental e reforçarem a existente.

Relativamente à ocupação humana do território de Castro Laboreiro, sabe-se que desde a pré-história⁵ tem sido palco de sucessivas ocupações. Os vestígios megalíticos de culto funerário situados no planalto a nordeste de Castro Laboreiro, o povoado castrejo a sudeste do castelo⁶, (cujas fundações datam da Idade do Ferro), e outros elementos, como o altar da cremação do Alto da Cremadoura, assim o indicam. As escavações arqueológicas locais desvelaram uma linha contínua de ocupação por vários povos, subsequentes a este período e prévios à fundação da nacionalidade, como os romanos, suevos e visigodos. Durante a época romana havia duas grandes áreas, a bracarense, mais urbana e civilizada, e a lucense, mais selvagem, contudo, a vinda

dos povos suevos e visigodos alterou este panorama dando origem a uma maior concentração e dispersão dos núcleos habitacionais intercalares dessas duas regiões⁷. Neste contexto histórico, o território de Castro Laboreiro situou-se entre as cidades de Bracara Augusta e Lucus Augusti, fazendo uma transição daquilo que seriam as duas grandes regiões citadas.⁸

Mais tarde, após a vinculação visigoda ao cristianismo e sua definitiva ocupação do noroeste português, quando os reinos godos se confrontam com as invasões muçulmanas, “a organização territorial e administrativa introduzida e fixada pela implantação do sistema paroquial com S. Martinho de Dume não podia, no entanto, deixar de contribuir para dar grande solidez à distribuição dos principais centros e dos povoados que deles dependiam.” (Mattoso, 1997, p. 396).

Relativamente ao legado romano este encontra-se presente nas váriadas pontes⁹ e pavimentos estrategicamente distribuídos em todo o território da freguesia¹⁰, pela Geira, situada na proximidade do território e pelo forte romano, Aquis Querquennis (“a Cidá”), situado em Bãnos, Concelho de Ourense, que terá sido construído para vigiar uma das vias que ligava a Bracara Augusta e para controlar a região. Dada a sua proximidade a Castro Laboreiro, este terá exercido influência sobre o território. Os vestígios suevos e visigóticos (séc. V-VI) encontram-se na política pública (direito visigótico; vindo do baixo império romano), nas liturgias e na arquitectura religiosa cristã. O povoado a sudeste do castelo é um forte indicador da presença destes povos, pois a quadratura das estruturas a par com outros elementos exumados durante as escavações arqueológicas revelam também presença romana e visigótica, além da ocupação humana durante a idade do ferro (Lima, 1996).

As invasões muçulmanas de 711, diluem a ocupação sueva e visigótica e acentuam o carácter rural do território do noroeste hispânico, não por influência directa, pois a economia dos grupos dominantes do norte peninsular baseava-se no intercâmbio dos géneros e bens provenientes do saque e despojo militar resultante das constantes guerras, era incompatível com a economia urbana do Sul: “tudo leva a crer que o váli

⁴ PINTOR, 2005; RODRIGUES, 1996.

⁵ LIMA, 1996; RODRIGUES, 1996.

⁶ LIMA, 1996.

⁷ MATTOSO, 1997.

⁸ Relativamente ao carácter lucense, “mais selvagem”, não deveremos obliterar que este é um território montanhoso, altamente florestado, e que esteve ocupado pelos povos pré-celtas da Calécia, considerados não civilizados, mas que foram igualmente romanizados.

⁹ LIMA, 1996.

¹⁰ LIMA, 1996; RODRIGUES, 1996.

de África e os chefes árabes e sírios estivessem muito mais interessados nas cidades das antigas províncias da Bética e da Tarraconense do que nas selvagens montanhas do Noroeste, difíceis de controlar militarmente e bem pouco rendosas para uma economia monetária como a do mundo muçulmano” (Mattoso, 1997, p. 397). Contudo, a influência árabe no território de Castro Laboreiro faz-se sentir através da toponímia¹¹, do vocabulário¹², das lendas¹³ e em algumas práticas gastronómicas como o bolo da pedra¹⁴, entre outras influências de carácter mais generalista como a numeração, por exemplo.

Em meados do séc. VIII, as guarnições muçulmanas do Ocidente Peninsular, incluindo as da Galécia, rebelaram-se contra os seus chefes por motivos relacionados com injustas distribuições de terras, e por motivos religiosos. “As tropas colocadas na Galécia abandonaram as suas fortalezas e não se sabe sequer se voltaram a ser ocupadas. A sua revolta desencadeou uma guerra civil, que durou até 756.” (Mattoso, 1997, p. 397). A debilidade da ocupação islâmica foi perturbada sobretudo na sua parte final pelo rei Afonso I (739-757 d. C.), das Astúrias. As cidades “reconquistadas” enumeradas na *Crónica de Afonso III* abrangem praticamente todos os centros urbanos de alguma importância situados entre as montanhas cantábricas e a margem sul do vale do Douro, onde se situam também os montes do Laboreiro. A *Crónica* atribui-lhe também a iniciativa de levar consigo para o Norte a população cristã de todas estas cidades¹⁵. O chamado

“repovoamento”, nas suas diversas expressões, fez também uso da presúria, contudo, nas zonas montanhosas do Noroeste peninsular “algumas comunidades rurales se verían libres de presión, pudiendo organizar sus espacios de producción de forma más autónoma y con menor – o ninguna – carga fiscal. Se trataría de “*comunidades castreñas de montaña*”, instaladas en castros de origen prerromano o romano, que se sitúan en el centro de un valle rodeado de altos montes, donde predomina el bosque y los pastos de montaña” (González, 2001, p. 24). Neste caso o autor exemplifica com o caso de Castro Pelaggi (Valdoré), mas também Mattoso (1997) refere as zonas montanhosas do entre Douro e Minho (Peneda, Laboreiro, Gerês, Gralheira, Cabreira, Marão e Montemuro), como potencialmente excepcionais. Em suma, a Reconquista cristã, é um momento de oportunidade que aproveita a debilidade das forças muçulmanas e que se inicia com as guarnições visigodas refugiadas nas montanhas asturianas nesta altura organizados com os dirigentes do reino das Astúrias sob o comando de Afonso I. Este é o processo que desencadeia a formação das primeiras monarquias do Norte peninsular que por sua vez darão origem ao reino de Portugal. O período da reconquista foi marcado por sucessivos avanços e recuos territoriais, mas nos finais do século IX, os reinos do Norte encontravam-se consolidados em três unidades, as Astúrias (ou Leão), Galiza e Castela. A sua malha administrativa estava parcelada em *terras* e estas eram atribuídas a um conde, para as governar. As sucessivas discórdias resultantes da formação dos reinos e do seu desenvolvimento, tornaram a Galiza independente e desmembrada em duas partes, “dando-se o sul a Ramiro Ordóñez, que foi assim “rei de Portugal” antes de herdar a totalidade dos domínios do seu pai, como Ramiro II (931-951)” (Marques, 1996, p. 26). Mais tarde, o território entre o Lima e o Douro, ficou desagregado da Galiza e entregue a um duque. Esta nova unidade política tinha a sua sede em Portucale, sendo governada por nobres locais destacados pelo reino de Leão e estando vinculada politicamente aos seus interesses.

Aquando da consolidação do condado portugalense surge D. Afonso Henriques (1139-1185), filho de D. Teresa e do Conde D. Henrique, herdeiro deste território. Em rebelia contra a mãe, inicia um processo

abandonados ou mesmo pertencentes a comunidades locais, cujos direitos não eram reconhecidos pelos recém-vindos e que eram apoiados pelos representantes da autoridade régia” (Mattoso, 1997, p. 404).

¹¹ Alcobaça, Lamas de Mouro (freguesias confrontadas a norte e a noroeste com Castro Laboreiro).

¹² Mandil – peça do traje feminino castrejo; género de avental.

¹³ Também em Castro Laboreiro se falam de mours encantadas, embora as lendas tenham chegado por intermédio de outras épocas cronológicas não deixam de fazer parte de uma influência árabe tardia.

¹⁴ Massa de pão cozida contra uma pedra encostada à lareira doméstica, colocada na parte de trás e na vertical.

¹⁵ Como qualquer outra fonte histórica, esta esteve sujeita a condicionantes ideológicas do seu tempo, por isso, a sua leitura e interpretação devem ser cautelosas. Relativamente ao “repovoamento” do território a Norte do Mondego, a crónica apresenta algumas contradições: primeira é que o reino da Galiza se mostrou resistente à entrada das forças asturianas, a segunda é que os recursos humanos disponíveis para a guerra e em simultâneo para o repovoamento eram escassos, e em terceiro lugar, é possível que o repovoamento tenha sido feito com os recursos humanos já existentes nesta área geográfica, utilizando a instituição da presúria: “de que os textos falam abundantemente na época, e ainda depois, até ao fim do século XII. Trata-se portanto, da ocupação de solos

de desvinculação do reino de Leão. Com a sua ambição ao título de *rex* e eficaz expansão territorial, torna-se vassalo da Santa Sé e não do imperador dos reinos cristãos do Norte da Península, D. Afonso VII (1111-1157), tornando-o um soberano superior ao imperador. É neste contexto expansionista que D. Afonso Henriques toma Castro Laboreiro.

Para este último período histórico, do século IX ao século XII pode mencionar-se um conjunto de elementos que atestam a presença das monarquias do Norte e da vinculação do território de Castro Laboreiro ao reino de Portugal, nomeadamente fontes históricas e elementos arquitectónicos, dos quais se falará mais adiante no artigo, principalmente de carácter militar e, em grande quantidade.

Após o primitivo período Afonsino, em termos gerais, a administração do território de Castro Laboreiro entre o século XIII e século XIX¹⁶, pertenceu à Provedoria de Viana do Castelo, à Comarca de Barcelos (Casa de Bragança)¹⁷, era Comenda da Ordem de Cristo e situava-se na Província do Minho. Castro Laboreiro foi instaurado como sede de Concelho em 1271¹⁸. Segundo os mapas consultados, a circunscrição do território de Castro Laboreiro, alterou-se pouco durante

as reformas do Antigo Regime, mantendo-se muito fiel à sua delimitação original. Com a Revolução Liberal, após 1832, Castro Laboreiro passa a integrar-se na Comarca de Ponte de Lima e mantém-se Concelho. Durante o período de estabilização, a partir de 1842, Castro Laboreiro integra-se no Distrito de Viana do Castelo e perde o estatuto de Concelho em 1855. Passa a ser Junta de Paroquia e posteriormente Junta de Freguesia até 1974. Neste ano torna-se numa comissão administrativa, que terá duração de, aproximadamente, 2 anos, acabando depois por retomar o anterior estatuto de Junta de Freguesia. A reforma administrativa de 2013 consuma uma união política com a freguesia vizinha de Lamas de Mouro, formando a União de Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro.

2.2. O castelo

Para uma melhor compreensão do tema, e também mais generalista, antes de prosseguir para o estudo de caso, dá-se a palavra a Mário Barroca: “A origem do castelo, na acepção restrita do termo, enquanto estrutura muralhada definindo o pequeno espaço onde se concentra uma guarnição de soldados, deve procurar-se nos primórdios da reconquista cristã, encetada por D. Afonso I das Astúrias a partir dos meados do século VIII. No entanto, no estado actual dos nossos conhecimentos, é ainda difícil localizar com precisão no tempo o aparecimento destas novas estruturas. Sabemos que o Entre-Douro-e-Minho possuía, nos finais do século X e no século XI, uma rede bastante densa de castelos, na sua maioria fruto da iniciativa das populações locais” (Barroca, 1990, p. 91). Foi nesta rede de estruturas defensivas, designados nas fontes por monte, alpe ou castro, que as populações procuraram abrigo das sucessivas investidas de outros povos, até se formarem os reinos das monarquias do Norte. “A partir del siglo XI se percibe una mayor jerarquización de los centros de poder feudal, una mayor capacidad de control y ordenación de los territorios (*commissa, mandationes, terras, alfozes...*), parejo a una mayor implantación del dominio sobre los hombres y sobre la producción agraria. La acción señorial no se produce en el noroeste con formas de incastellamento similares a las de otros ámbitos mediterráneos, sino mediante la erección de pequeños castillos y recintos amurallados y dotados de torres, encaramados en altos cerros dominantes sobre el entorno o territorio (político, fiscal, administrativo)” (González, 2001, p. 26). Em suma, o formato de fortaleza medieval que hoje nos é comum, resulta de

¹⁶ SILVEIRA, 1997.

¹⁷ Durante a investigação feita sobre o castelo, em contacto com os arquivos nacionais, tomei conhecimento dos seguintes documentos, localizados no arquivo da Casa de Bragança, sito no Palácio de Vila Viçosa:

- Doação ao Duque de Guimarães da jurisdição dos lugares de Melgaço e Castro Laboreiro. Datada de 24 de Agosto de 1476.

- Doação ao Duque de Bragança, e de Guimarães, do Padroado da Igreja de Castro Laboreiro. Datada de 23 de Fevereiro de 1481.

- Doação ao Duque de Bragança D. Jaime, do lugar de Melgaço e Castro Laboreiro [com seus castelos rendas e direitos], e do Castelo de Piconha. Datada de 23 de Junho de 1496.

- Foral da Vila de Castro Laboreiro dado por El-rei D. Afonso conde de Bolonha. Datado de 20 de Novembro de 1513.

- NG. 702 / 1478-1537 pergaminho. CB-SF- CA-0001 com o título “Doação do Castelo...” f. 43 a 44 e um traslado deste documento datado de 1778.

- Aforamento num traslado de 1756 subscrito por Manuel da Maia, encontrado neste primeiro proc.^o a f. 3 está a “Carta del Rey D. Affonso 5^o porq fés mercê ao Marques de Vila Viçosa, Conde de Arrayolos dos Castelos de Guimaraes, Melgaço, Castro Laboreiro, e Piconha com todas suas rendas direitos, pertenças e jurisdições, Dada em Lixboa a 23 de setembro de 1460”.

- Entre outros documentos, referidos mais à frente neste artigo, na secção referente ao período de decadência do castelo (séc. XVI-XVIII).

¹⁸ RODRIGUES, 1996; DOMINGUES, 2003.

uma progressiva centralização de poderes e concentração de territórios sob a égide de um dirigente cuja administração e defesa só poderia ser feita com devida organização, em torno de um único símbolo de poder, como se verifica com o primitivo castelo roqueiro de Castro Laboreiro, e seu posterior refinamento. O castelo é um elemento fundamental para a compreensão da dinâmica política, económica, social e militar de um território. A contextualização histórica e arquitectónica de um castelo tem vários níveis de estudo e interpretação. As informações estão dispersas, a cronologia da sua actividade é extensa, carecendo de um trabalho aprofundado de investigação¹⁹. Por isso, os parágrafos seguintes, sugerem um enquadramento do Castelo de Castro Laboreiro concebido a partir de algumas fontes bibliográficas, focando as linhas dominantes da história nacional, como os reinados e principais eventos militares, e menos a evolução administrativa e económica do território e das sociedades. É imperativo relacionar os grandes feitos militares dos reis portugueses com as consequências na arquitectura militar, em geral e em particular com o estudo de caso, uma vez que Castro Laboreiro, durante vários séculos foi na sua essência uma povoação fronteiriça, guerreira, destinada à protecção dos seus limites e da nacionalidade.

As origens

Relativamente às origens administrativas do castelo de Castro Laboreiro, um pouco anteriores ao reinado de D. Afonso Henriques, as referências são escassas, no entanto um documento de 1007 do Mosteiro de Celanova²⁰, refere Vitiza (séc. VIII-IX) enquanto conde deste território²¹. Vitiza rebelou-se contra o rei Afonso III das Astúrias (866-910), mas foi derrotado pelo Conde D. Hermenegildo (842-912), parte das forças Galegas²², que por este acto foi colocado na regência do território de Castro Laboreiro. No entanto, apenas na regência do seu neto São Rosendo (907-977), é que o local de implantação do actual castelo sofrerá alterações. Mais precisamente no ano de 955, D. Ordonho III, rei de Leão, nomeia-o bispo de Mondonhede e administrador

de Santiago de Compostela, governador do *Val del Limia*²³, o qual procura dotar a região norte de Portugal e a Galiza de fortificações que impedissem as investidas dos Árabes e Normandos, e Castro Laboreiro terá sido uma destas fortificações (Noe, 2015).

Em 1141, D. Afonso Henriques (1139-1185) havia invadido a Terra de Toronho (território fronteiriço à linha do Minho e que tinha Tuy à cabeça), acção bélica que conduziu a invasão do Minho por parte das forças leonesas e à subsequente tomada do Castelo de Castro Laboreiro que, à data, era uma estrutura roqueira assente sobre os vestígios de uma velha povoação da Idade do Ferro.²⁴ D. Afonso Henriques conquista o castelo de Castro Laboreiro tendo recebido da abadessa do Convento de Paderne (Melgaço), mulas e mantimentos para esta empresa. Deverá ter concedido foral a povoação, nesta altura, no entanto este tema tem sido alvo de discussão e debate²⁵, dado que o foral está desaparecido, (bem como outros documentos do cartulário de Fiães, da mesma época), mas é repetidamente invocado²⁶, e sendo o seu conteúdo comparado ao de Sahagún. (O mesmo problema ecoa relativamente ao foral de Melgaço, concedido por D. Afonso Henriques).

A fortificação é alvo de intervenções na sua arquitectura nesta época porque passa a integrar as linhas de defesa fronteiriças de entre Douro e Minho, enquanto sentinela dos acessos fronteiriços terrestres entre o reino português e a Galiza²⁷. Contudo, não se sabe exactamente quais nem em que datas se foram introduzindo os elementos que conhecemos a partir dos alçados e plantas de Duarte de Armas (séc. XVI)²⁸,

²³ “[...] fundado por São Rosendo, que recebeu do Rei de Leão e Castela, a seguinte ordem: “Ordoño Rey, Al Padre y Señor Rosendo Sabed Eu El Señor. Por El Mandato Sereníssimo de este nuestro decreto te encargamos El Gobierno de La Provincia que mandó tu padre y terrenos adyacentes hasta la mar, de suerte que todos concorram allí a obedecerte em cosas de nuestro servicio y canto dispongas lo cuplam, sin excusa ninguna. Dado el 19 de Mayo de 955.” (Rodrigues, 1996, 85).

²⁴ ALMEIDA, 2002.

²⁵ DOMINGUES, 2003.

²⁶ Acerca dos forais concedidos a Castro Laboreiro, conhece-se o foral de D. Manuel I²⁶. Este foral invoca o de D. Sancho I e de D. Afonso III, e repete algumas das suas instruções, mas dos quais também não se conhece a localização.

²⁷ GONÇALVES, 2012.

²⁸ “D. Manuel determinou que o seu escudeiro Duarte de Armas registasse as fortalezas que assinalavam a soberania portuguesa junta da raia de Castela. Em 1509-1510, o excelente desenhador executou a tarefa. E deixou-nos uma descrição gráfica (com aceitáveis distorções) das fortalezas

¹⁹ Por exemplo, as chancelarias régias, as notícias de obras em castelos presentes em actas de vereação, e a bibliografia existente, que remeta para assuntos de fronteira com carácter histórico e militar.

²⁰ SÁEZ, 1948.

²¹ RODRIGUES, 1996.

²² Durante o repovoamento de Afonso III (848-910), rei das Astúrias.

sendo estes do período que em História de Arte se denomina de gótico.

A influência muçulmana

Neste período, entre o século VIII e o século XII a influência muçulmana foi indirecta, como já se referiu, e mais relacionada com a política de organização do espaço e na cultura da população.

Mais tarde, as influências muçulmanas fazem-se sentir através de inovações que tiveram grande impacto na arquitectura militar e maior influência nos elementos arquitectónicos do castelo de Melgaço (situado a 26 km de Castro Laboreiro) visíveis, por exemplo, na couraça: “Introduzindo uma complexa nomenclatura ligada à arquitectura militar, como o adarve ou a cárcova, são generalizadas nessa época as torres-couraça de acesso à água, que permitiam a uma cidade com milhares de habitantes resistir durante vários meses ao cerco mais apertado.” (Mattoso, 1997, p. 363). Castro Laboreiro herdará pouco do seu legado.

Entre os sécs. XII-XV

D. Sancho I (1185-1211) perde o domínio sobre os castelos fronteiriços de Melgaço e Valença²⁹, mas durante este período sabe-se que o Castelo de Castro Laboreiro se manteve do lado português, sobrevivendo às hostilidades entre D. Sancho I e Fernando II de Leão, nas fronteiras do Norte (Minho e Trás-os-Montes). D. Sancho I, concede novo foral a Castro Laboreiro, (também desaparecido).

É digno de nota que D. Afonso III lançou os alicerces de um projecto que articulava a defesa da fronteira do Minho com a edificação de uma armadura militar composta por várias silhuetas de castelos, que o seu filho D. Dinis iria concretizar³⁰.

É neste século que Castro Laboreiro, terra fronteiriça, recebe o estatuto de sede de Concelho, podendo ser um indicador de que também a administração da fortaleza tenha beneficiado das preocupações régias.

É D. Afonso III (1248-1279), pai de D. Dinis, o responsável pela introdução de algumas novidades arquitectónicas nas fortalezas do reino, pois durante a sua estadia em França teve a possibilidade de analisar e compreender as influências vindas do Norte da Europa, a corrente gótica militar, que torna a fortaleza mais

activa, proporcionando à guarnição do interior do castelo atacar e defender. A localização das torres de menagem é repensada e estudada para se adossar ao pano da muralha. As suas plantas são reestruturadas para outros formatos poligonais, além do quadrangular ou rectangular, favorecendo a sua operacionalidade para atacar e defender. Multiplicam-se as torres adossadas ao pano de muralha e os seus ângulos, aperfeiçoando a vigilância. Introduzem-se sistemas de tiro vertical garantidos através da instalação de balcões com matacões (fig. 8), nas torres ou por cima das portas. Aparecem as barbacãs, que permitem oferecer um primeiro obstáculo aos atacantes, anterior ao pano da muralha. As portas passam a ter uma maior importância e são ladeadas ou encimadas por torreões. Alargam-se os adarves e as ameias, facilitando a movimentação e protecção das guarnições³¹.

Muitos destes elementos estão presentes no recinto Norte do castelo de Castro Laboreiro, sendo alguns deles visíveis na planta desenhada por Duarte de Armas (séc. XVI), e outros ainda hoje estão visíveis nas ruínas do monumento. Isto significa que o castelo de Castro Laboreiro fez a transição de uma estratégia passiva de defesa, própria do castelo românico, para uma estratégia activa, própria do castelo gótico.³² Se este castelo, fronteiriço, teve necessidade contínua de se adaptar às circunstâncias de defesa do território, significa que a sua relevância para a defesa do território nacional não pode ser ignorada.

D. Dinis (1279-1325) dá sequência à demarcação do território, à territorialização do poder político e à fortificação dos castelos³³, conforme acontece com a muralha dionisina de Castro Laboreiro.³⁴ Esta muralha previa o abrigo da população civil quando necessário e também do gado, revelando a grande importância da actividade pastoril nesta área para a sobrevivência da

que defendiam passagens eventualmente mais vulneráveis entre Portugal e Castela.” (Mattoso, 1997).

²⁹ VENTURA, 1998.

³⁰ VENTURA, 1998.

³¹ MONTEIRO, 1999.

³² O facto de as ameias não constarem, hoje, no pano de muralha, deve-se ao facto de esta ter sido uma das poucas alterações feitas à fortaleza aquando da introdução das armas de fogo.

³³ VENTURA, 1998.

³⁴ O tratado de Alcanices é uma referência da maior importância para este período, pois é parte da estratégia defensiva do rei D. Dinis, onde se pretendem fixar fronteiras entre Leão, Castela e Portugal. É este tratado que confere a Portugal a delimitação mais próxima da que hoje é conhecida. Também a Crónica de 1419 refere o castelo de Castro Laboreiro como sendo uma das fortificações a renovar (Mattoso, 1997).

população³⁵. Esta situação atesta a tese de José Mattoso e Carlos A. Ferreira de Almeida, de que o século XIII terá sido um século de transição para a forma de defesa das comunidades, deixando de viver fortificadas em castros ou em redor de pequenos castelos roqueiros, para centros urbanos, vigiados por castelos que lhes são altaneiros.

O reinado de D. Dinis, consolida e assegura o poder nas fronteiras. Os reinados de Afonso IV (1325-1357) e D. Pedro I (1357-1367), são marcados por prosperidade e pelo alargamento das fronteiras atlânticas uma vez que Afonso III e D. Dinis tinham assegurado a soberania e independência nacional nas fronteiras terrestres, permitindo que a administração régia folgasse por outros horizontes³⁶. Quer-se com esta citação demonstrar que os reinados anteriores de D. Afonso III e D. Dinis, promoveram a segurança das fronteiras, deixando outros caminhos da administração em aberto para desenvolvimento e evolução.

D. Fernando I (1367-1383) dá continuidade ao desenvolvimento económico marítimo, mas termina o seu reinado colocando a independência do reino de Portugal em causa, voltando a instalar-se a insegurança nas fronteiras³⁷. Particularmente, a muralha do castelo de Castro Laboreiro beneficia de um reforço no reinado de D. Fernando.

Sucedeu-lhe D. João I (1385-1433), e no período da sua regência, destaca-se uma informação relativa ao posicionamento político de Castro Laboreiro pelas forças do rei português. É no reinado de D. João I, e pelo engenho do condestável Nun'Alvares Pereira, que o reino de Portugal se reafirma novamente nas fronteiras terrestres. A partir do século XV encontra-se documentação no arquivo da Casa de Bragança, em Vila Viçosa, que atestam sucessivas doações régias, de alguns domínios deste território e respectivo castelo, aos duques de Bragança. Esta prática perdurará até ao século XVIII.

É também a partir deste período que se inicia a arte da guerra com armas pirobalísticas embora ainda muito rudimentares e pouco eficazes, como os "trons" ou as

"bombardas"³⁸. A introdução das armas de fogo subjugou a arquitectura das fortalezas adaptadas para a defesa tradicional. As transformações mais significativas para defesa dessas armas foram o alargamento dos panos das muralhas e a remoção das ameias, de forma a diminuir a silhueta do alvo e a resistir aos impactos da pirobalística, a construção de barreiras avançadas, barbacãs e antemuros, que ofereciam um primeiro obstáculo à artilharia inimiga, a adopção de formas circulares para os torreões reforçando a capacidade de resistência a projecteis, a modificação dos ângulos dos muros proporcionando o ressalto dos projecteis, e também o recurso a fossos ou cavas mais profundos. No estudo de caso verificou-se apenas a remoção das ameias, mais como medida de prevenção do que preparação para o ataque, para evitar os estilhaços provocados pelo impacto dos projecteis na eventualidade de uma guerra no local.

Para o acolhimento das armas dentro do recinto do castelo medieval, as transformações foram outras, nomeadamente a abertura de troneiras, "buracos redondos, destinados à adaptação de bocas de fogo de diâmetro adequado" nos muros das estruturas, a construção de casamatas, "estruturas abobadadas rasgadas nos próprios muros e destinadas a alojar novas peças de artilharia" (Monteiro, 1999, p. 38).

Nos reinados seguintes ao de D. João I, o investimento régio é feito em acordos de paz e nos descobrimentos além-mar, pondo à margem das atenções a armadura castelar das fronteiras terrestres.

Período de decadência

Castro Laboreiro mantém-se português até ao domínio dos Filipes, passando para domínio espanhol com a perda da independência no século XVI³⁹. Durante

³⁵ "De uma maneira geral, o pequeno castelo senhorial não prevê o abrigo de população civil dentro do seu perímetro, preferindo reservar-lhe espaços anexos, igualmente dotados de muralha. Vemo-los, por exemplo em Castro Laboreiro, Aguiar da Pena, Moreira de Rei ou Montemor-o-Velho." (Barata e Teixeira (dir.), 2003, p. 112)

Neste ponto poderá estabelecer-se alguma relação com o alto relevo da figura n.º 33.

³⁶ GONÇALVES, 1998.

³⁷ VENTURA, 1998.

³⁸ Relativamente à introdução das armas de fogo e da artilharia pesada nos castelos, a acta da comunicação de Fernando Cobos Guerra feita no Simpósio Internacional sobre Castelos (2001), intitulado "Artillería y fortificación ibérica de transición a 1500" (pp. 677-696), merece referência.

³⁹ Durante a investigação das fontes relativas ao castelo de Castro Laboreiro, neste período (século XVI-XIX), e dos contactos estabelecidos com os arquivos nacionais, resultou o conhecimento de que a Casa de Bragança dispõe no seu arquivo, sito no Palácio de Vila Viçosa, dos seguintes documentos históricos:

- Doação ao Duque de Bragança D. Teodósio das vilas de Monforte, Melgaço, Castro Laboreiro, Piconha, Vila Franca, e Nogueira com seus Castelos, Padroados etc., datado de 27 de Junho de 1542.

- Carta D. Sebastião porque confirmou ao Duque de Bragança D. João I a mercê que tinha para no caso que por sua morte lhe não ficasse filho nem filha pudesse o seu

este período principia-se a sua decadência. O novo alcaide espanhol do Castelo de Castro Laboreiro descreve a fortaleza como estando povoada de “gralhas” (Noe, 2015).

irmão mais velho suceder nas Vilas de Monforte, Melgaço, Castro Laboreiro, Piconha, Vila Franca, e Nogueira com seus Castelos, rendas, direitos, e padroados com mero misto império, e com as jurisdições e privilégios que têm as mais terras do Estado de Bragança. Datada de 25 de Abril de 1578.

- Alvará de Filipe I pelo qual confirmou ao Duque de Bragança D. Teodósio II as vilas de Monforte, Melgaço, Castro Laboreiro, Piconha, Vila Franca, e Nogueira com seus Castelos, Padroados de Igrejas, rendas, e direitos, que tudo tinha sido dado a seu Avô em casamento. Datado de 23 de Novembro de 1590.

- Carta de Filipe II porque fez mercê ao Duque de Bragança D. Teodósio II de lhe tirar por duas vezes fora da lei mental as Vilas de Monforte, Melgaço, Castro Laboreiro, Piconha, Vila Franca, e Nogueira. Datada de 30 de Abril de 1602.

- Carta de Filipe III porque confirmou ao Duque de Bragança D. Teodósio II as Vilas de Monforte, Melgaço, Castro Laboreiro, Piconha, Vila Franca, e Nogueira, duas vezes fora da lei mental, e que possam suceder nas ditas terras os ascendentes mais chegados, e ainda os colaterais. Datada de 9 de Setembro de 1627.

- Carta de Filipe III porque confirmou ao Duque de Bragança D. Teodósio II as Vilas de Monforte, Melgaço, Castro Laboreiro, Piconha, Vila Franca, e Nogueira com seus Castelos, Padroados de Igrejas, rendas, e direitos com mero e misto império. Datado de 26 de Maio de 1627.

- Carta de Filipe III pela qual confirmou ao Duque de Bragança D. João II depois Rei de Portugal 4.º do nome, as Vilas de Monforte, Melgaço, Castro Laboreiro, Piconha, Vila Franca, e Nogueira com seus Castelos e com todas as suas rendas, direitos, e padroados de Igrejas, e mero emisto império. Datado de 22 de Março de 1639.

- Carta de Filipe III porque confirmou ao Duque de Bragança D. Teodósio II a carta de mercê que tinha para que não tivesse filho herdasse a filha as terras de Monforte, Melgaço, Castro Laboreiro, Piconha, Vila Franca, e Nogueira, e no caso de não haver filho, nem filha passassem ao Irmão mais velho do Duque que falecesse. Datada de 1 de Junho de 1627.

- Carta de Filipe III porque confirmou ao Duque de Bragança D. João II [futuro rei D. João IV] a mercê que tinha sua Casa para que em falta de filho ou filha pudesse o irmão mais velho do mesmo Duque herdar e suceder as Vilas de Monforte, Melgaço, Castro Laboreiro, Piconha, Vila Franca, e Nogueira com todas as suas rendas, direitos, jurisdições, castelos, e Padroados de Igreja sem embargo da lei mental. Datada de 23 de Maio de 1639.

- Privilégios concedidos pelos senhores reis deste reino aos moradores do Concelho de Castro Laboreiro, insertas em uma certidão feita no dito concelho. Datados de 11 de Fevereiro de 1664.

Entre outros documentos de aforamentos, privilégios, cartas, doações e forais datados desde o século XV ao século XVIII, que podem contribuir para uma melhor compreensão da administração territorial e do período de decadência do castelo de Castro Laboreiro.

Embora a data da restauração da independência de Portugal seja Dezembro de 1640, Castro Laboreiro só se reintegra no território português em 1666, durante a guerra. Em 1659 o castelo sofre um acidente que provoca a destruição de parte da sua estrutura. No ponto mais elevado do castelo, onde hoje se encontra o marco geodésico estava a antiga torre de menagem, que foi atingida por uma descarga eléctrica, no dia 18 de Novembro, provocando o incêndio do paiol da pólvora armazenada no seu interior. Este facto está descrito num documento da Torre do Tombo, livro n.º 51, folha 5.⁴⁰ Quatro metros a sul da muralha que se encontra a meio do recinto, estava uma capela cuja parte superior foi também destruída com a queda da Torre de Menagem. A partir de 1715 estabelece-se um período de paz e o castelo é utilizado para outros fins que não militares. Apenas no contexto das invasões francesas retoma-se a sua defesa e utilização militar com apenas quatro peças de artilharia, contudo, esta era uma fortaleza já muito debilitada. Durante o período das Invasões Francesas (séc. XVIII-XIX), planeou-se que o castelo de Castro Laboreiro se integrasse no plano defensivo da fronteira do Minho, que se estendia desde a Raia Seca até Caminha. Para a zona entre Melgaço e a Ponte das Várzeas previu-se a construção de uma linha de baterias “feitas com parapeto em terra, próprias para receber soldados armados com armas ligeiras, mas também onde se poderiam colocar peças de artilharia” (Almeida, 2002, p. 193). Contudo, após a frustrada travessia do Minho, em Cerveira e Caminha, em 1809, Sault (1769-1851) opta por entrar em Portugal por Chaves, pelo que aquele plano defensivo não chegou a ser concretizado. Em 1809, o castelo é abandonado por deixar de ter

⁴⁰ “Aos dezoito dias de Novembro de 1659, que foi uma terça-feira, às nove horas da manhã, caiu um raio na Torre do Castelo que servia de armazém de pólvora e fez a maior ruína que se sabe, pois da Torre e mais partes acessórias não ficou pedra sobre pedra e deste grande prodígio se vê claramente ser grande castigo do céu que Deus mandou para castigar pecadores que dentro deste Castelo estavam nesta grande desventura se viram grandes milagres. O primeiro a escapar foi o Governador Gaspar de Faria com a sua mulher e mais família, estando na parte mais arriscada, pois aí removeu a muralha da Torre; as suas casas e as fez em pedaços e aí estavam e aí escapou com mais segurança e castigou o que na Ermida não podia ficar pedra sobre pedra, pois caiu toda a Torre sobre ela e ficou Nossa Senhora dos Remédios aí me recolhi, sem cobertura, sem água, ficando debaixo toda a máquina. Terceiro Milagre; - Foi que escapou um Escrivão do Governador debaixo desta ruína, sem avaria e são. Nesta desventura morreram – Gaspar Lima de Castro, Escrivão das Décimas e Sisas e Treslados; e um mulato seu criado, por esse nome Marcos, natural de Tangil e um múdo, criado do Governador, por nome de Gaspar de Medela e dois soldados.” (Rodrigues, 1996).

importância estratégica, acelerando-se o processo de ruína devido à remoção de pedra para construção de casas (Noe, 2015). Mantém-se abandonado até meados do século XX, quando se dá a sua conceptualização patrimonial⁴¹ e se reveste a fortaleza de novos conceitos e actos de protecção.

3. Arquitectura

A orografia do terreno para a implantação das fortalezas impunha-se muitas vezes aos planos de arquitectura medieval. Neste caso toda a envolvência geográfica do monte onde se encontra implantado o Castelo de Castro Laboreiro contribui para a sua

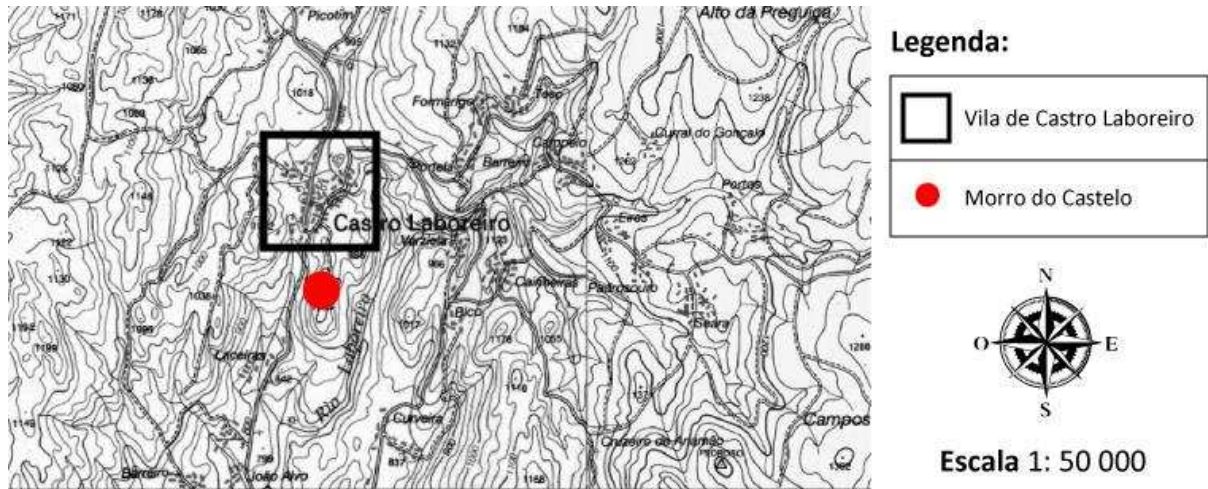


Fig. 3: Localização do morro do castelo em relação à área da Vila de Castro Laboreiro. Extraído da carta militar portuguesa n.º 004.

Fig. 4: Vista Norte sobre o morro do castelo.

⁴¹ São vagas as informações acerca da vida administrativa deste castelo nos vários reinados, e por esse motivo salientaram-se apenas os momentos mais importantes.

exemplar função defensiva e vigilante. Implantado num local quase inacessível, escarpado, cercado de vegetação e confrontado a Este com um vale profundo onde passa o rio Laboreiro, era comum utilizarem-se maioritariamente mulas ou homens apeados para o seu acesso, uma vez que os carros de bois e outros veículos



Fig. 5: Acesso Sul da fortaleza. ¹ Vista Norte. Fotografia de Diana Carvalho.



Fig. 6: Porta principal, ou comumente chamada "do Sol", virada a Este. Vista Oeste. Fotografia de Diana Carvalho.



Fig. 7: Acesso Norte da fortaleza.



Fig. 8: Porta da traição ou comumente chamada "do sapo". Vista Nordeste. Fotografia de Ilídio Gonçalves.

teriam graves dificuldades em escalar a montanha pela quantidade de irregularidades presentes no seu pavimento e nas suas paredes naturais.

Os acessos à fortaleza tinham diferentes formas de dificultar a subida e a penetração a guarnições inimigas. O acesso a nascente, dispunha de obstáculos artificiais, constituídos por três tipos de muralhas toscas, levantadas em sistemas de estacas, de várias toneladas de peso. A partir do reinado de D. Dinis este circuito é

amuralhado definitivamente e não se sabe se manteve os obstáculos atrás mencionados.

As escadas de acesso Norte (fig. 7), eram íngremes e estreitas, obrigando os seus utentes a subirem em fila única, e por isso, era um acesso naturalmente resistente.

A arquitectura actual do castelo aponta para uma estética românica⁴², embora o resultado das

⁴² BARATA E TEIXEIRA (dir.), 2003; MONTEIRO, 1999; MAZA e GULBENKIAN, 2001.



Fig. 9: Vista Norte sobre a porta da traição e sobre a área de implantação da cisterna (círculo branco). Fotografia de Diana Carvalho.

intervenções no reinado de D. Dinis e mais tarde no de D. Fernando, permita encontrar alguns elementos de estilo gótico que proporcionaram à fortaleza uma maior capacidade de ataque.

Relativamente às portas do castelo, a porta a sul da torre de menagem (figs. 17 e 18) deveria ser a primitiva entrada principal, deixando a da traição (fig. 8) como isco para os invasores, pois esta encontra-se visível do território circundante, estando dotada de um balcão com matacões e sendo apenas perceptível o enorme fosso entre esta e o caminho de acesso Norte, aquando a escassos metros da muralha.

Neste recinto (praça de armas), encontrava-se uma cisterna (fig. 9) localizada a norte da antiga torre de menagem, destinada à recolha e armazenamento da água da chuva. *“Desde meados do século XI, quando começam a triunfar as grandes operações de cerco, dá-se especial atenção ao aprovisionamento de água. Os pátios começam a ter poços ou cisternas. A opção preferível era, naturalmente, o poço, garantindo o abastecimento autónomo*

de água. Na impossibilidade de se alcançar os lençóis friáticos criaram-se cisternas para armazenar água, nalguns casos com engenhosos sistemas de canalização” (Barata e Teixeira, 2003, p. 112).

Ao lado da cisterna estava a torre de menagem⁴³. O seu local de implantação encontra-se actualmente ocupado por um marco geodésico (fig. 10).

⁴³ “Não podemos apontar com segurança em que época aparece pela primeira vez entre nós. Todavia, em França e noutras regiões da Europa, esta construção, herdeira dos *donjons* senhoriais do século XI, surge nos finais desse século e princípios do seguinte. Em Portugal é possível que date da primeira metade do século XII, talvez por influência dos cavaleiros francos que, a partir de 1096 e em diversos momentos, vieram auxiliar o conde D. Henrique e, mais tarde, D. Afonso Henriques na empresa da Reconquista. Todavia, não podemos apontar nenhum caso seguro desta época. Os exemplos datáveis mais antigos pertencem ao terceiro quartel do século XII e foram todos erguidos pelos Templários. Referimo-nos às tores de menagem de Tomar (1160), Pombal (1171), Almouroul (1171), Penas Róias (1172) e Longroiva (1174), todas

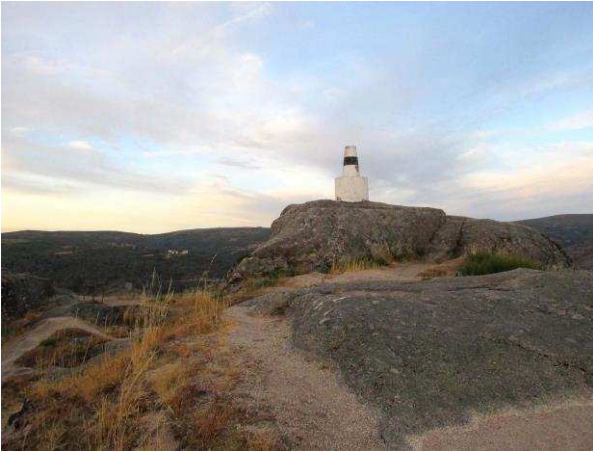


Fig. 10: Marco geodésico situado no anterior local de implantação da torre de menagem. Fotografia de Diana Carvalho.

A torre de menagem românica foi entendida como um verdadeiro “castelo dentro de um castelo”, o último reduto de defesa da guarnição e da população, estando por isso isolada dentro do recinto, normalmente ao centro da praça de armas, detendo a cota mais elevada em relação à restante estrutura, podendo “comandar” todos os restantes dispositivos do castelo⁴⁴. O mesmo se passando com o estudo de caso.

Adossada à torre de menagem do castelo de Castro Laboreiro está um anexo ou apêndice (fig. 13), conforme se verifica na planta desenhada por Duarte de Armas. As funções deste apêndice poderiam ser de armazenamento de armas ou provisões alimentares.

A sul da torre de menagem encontra-se uma muralha (figs. 17 e 18). Esta muralha tem uma porta a meio, a já mencionada porta a sul da torre de menagem. De cada lado da muralha foi construído um torreão de defesa (figs. 14 e 15).

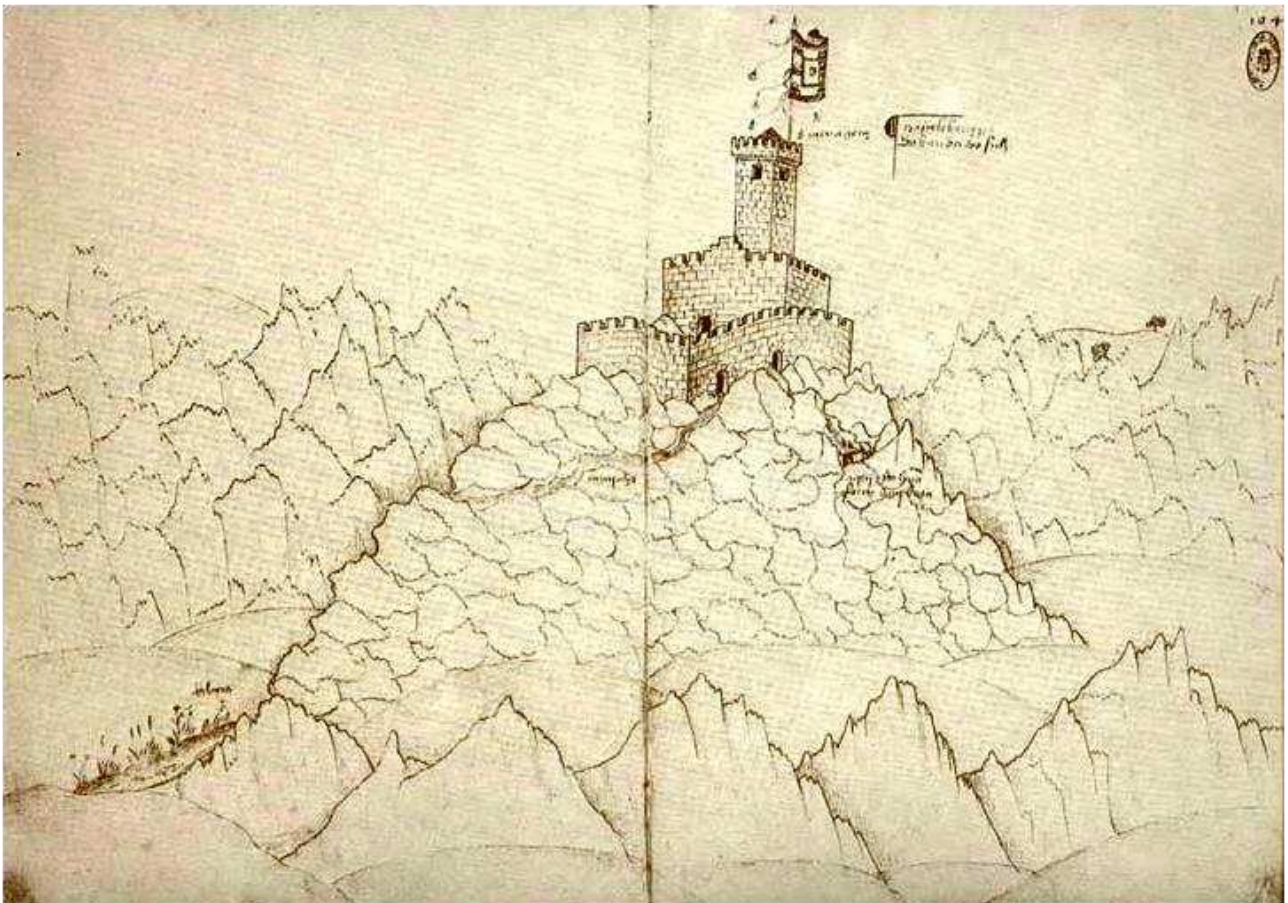


Fig. 11: Vista Sul sobre o Castelo de Castro Laboreiro (Duarte de Armas). – retirada do blog Entre o Minho e as Serras

comemoradas por epígrafes. Como já tivemos oportunidade de sublinhar noutros estudos, o simples facto de Gualdim Pais, mestre dos Templários em Portugal, se ter preocupado em mandar gravar estas inscrições sugere que deviam ser inovações prestigiantes.” (Barata e Teixeira (dir.), 2003: 112)

⁴⁴ BARATA e TEIXEIRA (dir.), 2003.

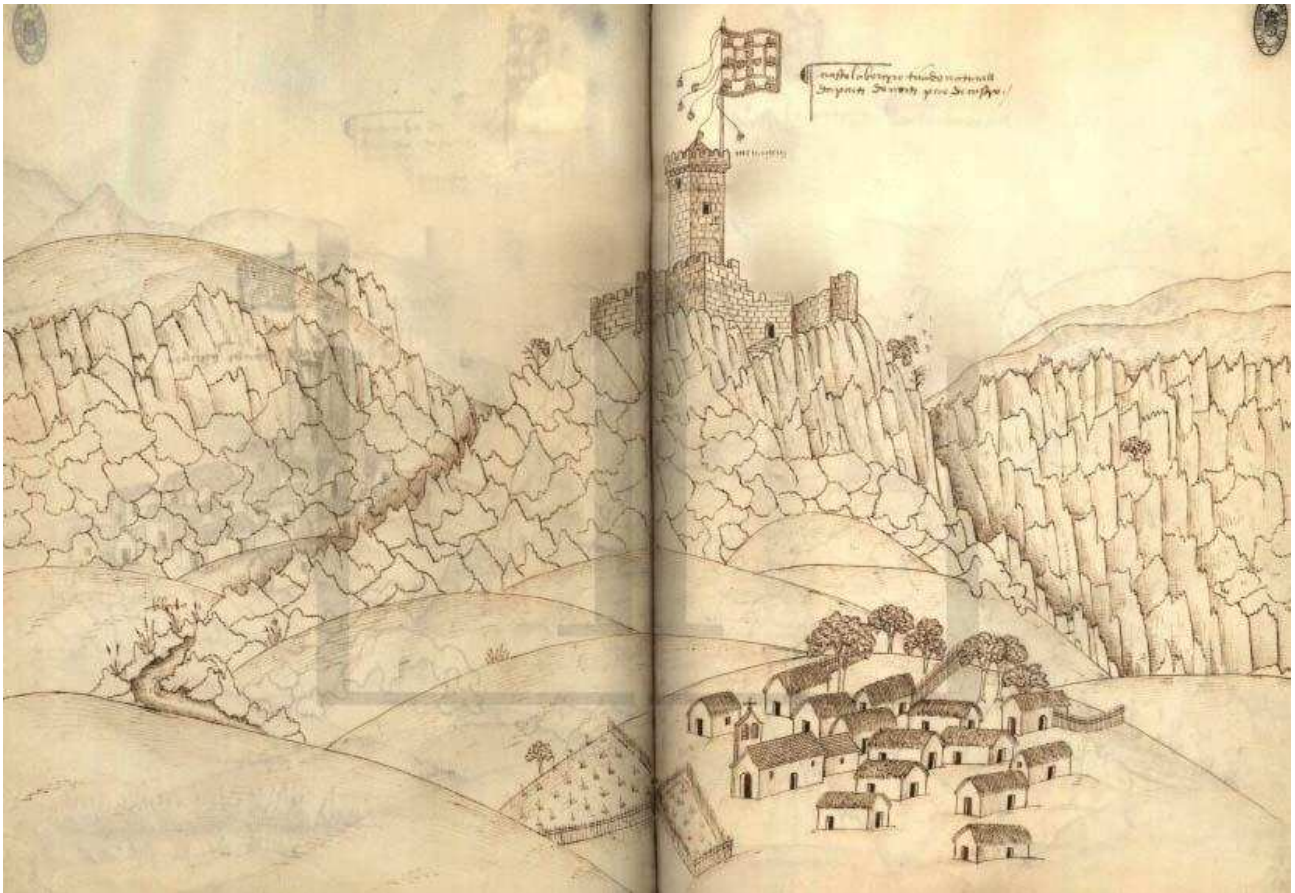
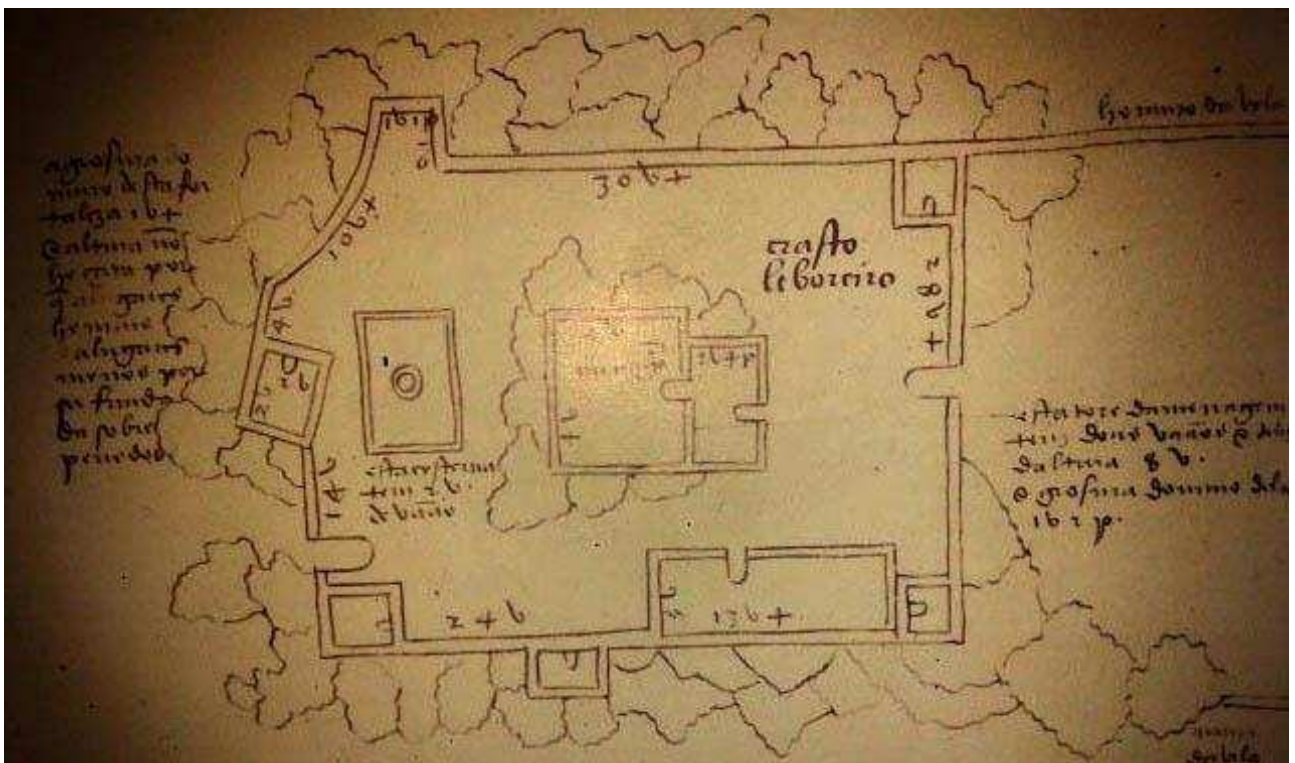
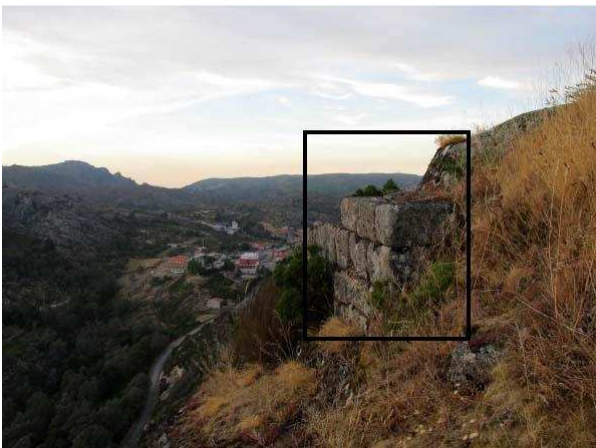
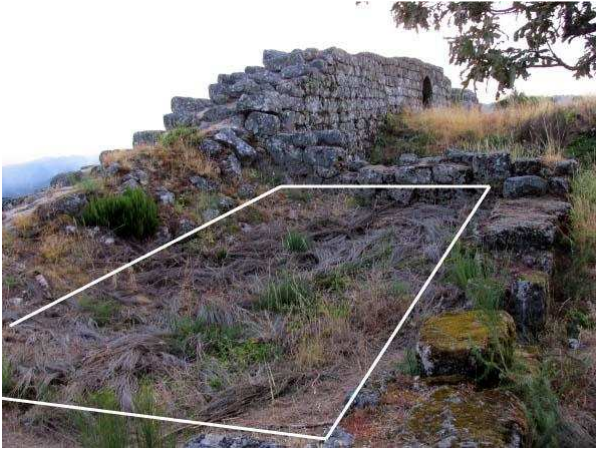


Fig. 12: Vista Norte sobre o Castelo de Castro Laboreiro (Duarte de Armas). – retirada do Arquivo On-line da Torre do Tombo (Digitarq TNT)

Fig. 13: Planta da fortaleza de Castro Laboreiro, desenhada por Duarte de Armas (séc. XVI) – retirada do Livro das Fortalezas, de Duarte de Armas.





Na transição do recinto Norte para o recinto Sul encontra-se a referida antiga porta principal (figs. 17 e 18), (digna de conta pelos motivos que se apresentarão no final desta secção do artigo).

Relativamente ao recinto sul, cercado pela muralha dionisina e fernandina, encontram-se vários elementos relevantes para a compreensão do funcionamento deste recinto. A porta virada a Este, ou regularmente chamada “porta do Sol” (fig. 19), reconverteu-se em porta de acesso principal, relativamente à sua anterior entrada, a porta a sul da torre de menagem que vemos nas figuras anteriores. A cerca de vinte metros da nova entrada principal, aparece uma porta estreita que dá para uma fenda entre duas rochas, também orientada a Este, pela qual se chega a uma fonte de água fresca, que abastecia o castelo. Hoje esta nascente está seca.

Fig. 14: Alicerces do torreão Oeste (praça de armas). Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 15: Alicerces do torreão Este (praça de armas). Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 16: Ruínas da torre intermédia entre a porta da traição e o torreão Este. Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 17: Ruínas da muralha de transição entre o recinto Norte e o recinto Sul. Vista Norte. Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 18: Ruínas da muralha de transição entre o recinto Norte e o recinto Sul. Vista Sul. Com elemento humano para escala. Fotografia de Diana Carvalho.



Fig. 19: Porta "do Sol", vista do interior do recinto Sul. Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 20: "Porta do Água", vista do interior do recinto Sul. Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 21: Escadas de acesso ao adarve. Fotografia de Diana Carvalho.

No percurso das muralhas, subia-se ao adarve pelas escadas de pedra, situadas ao lado da porta principal (fig. 21) e mais a Norte, ao lado das ruínas da capela (fig. 28).

Na extremidade do ângulo do sul, existe uma gruta natural, na qual se podem abrigar várias pessoas.⁴⁵

Ainda dentro deste recinto estão visíveis vários alicerces e ruínas (figs. 23, 24, 25, 26 e 27), que poderão ter tido uma função habitacional, militar e/ou religiosa, para a guarnição do castelo. Para começar, a gruta natural visível nas figuras 22 e 24, sustentava uma torre (fig. 23).

Fig. 22: Vista sobre a "porta da água" (círculo menor), a porta do sol (círculo maior), e a gruta natural (quadrado). Fotografia de Diana Carvalho.

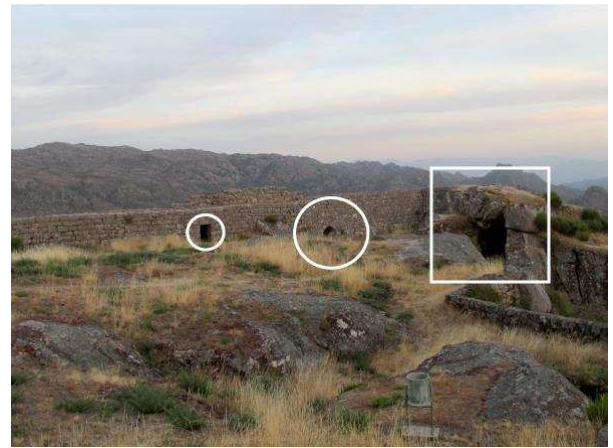


Fig. 23: Alicerces da torre sustentada pela gruta natural. Com elemento humano para escala. Fotografia de Diana Carvalho.

⁴⁵ ALMEIDA, 1987; LIMA, 1996; RODRIGUES, 1996; ALVES, 1987.



Fig. 24: Alicerces de um edifício ao lado da gruta natural. Fotografia de Diana Carvalho.

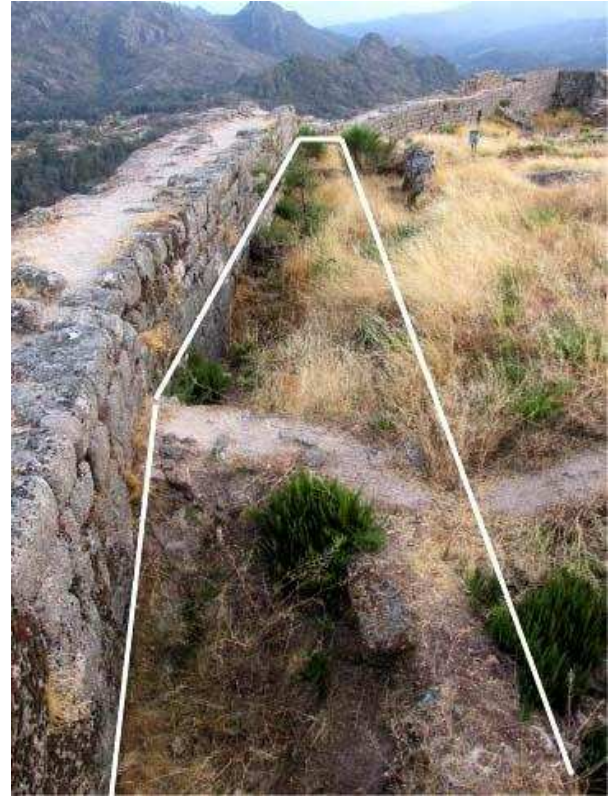


Fig. 26: Vista Sul sobre as mesmas estruturas. Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 25: Vista Norte sobre as estruturas postas a descoberto pelas intervenções arqueológicas no Castelo. Fotografia de Diana Carvalho.



Fig. 27: Detalhe das escadas de acesso ao adarve a nordeste do recinto Sul. Situam-se a Este da capela, no interior das estruturas e no pano de muralha. Fotografia de Diana Carvalho.



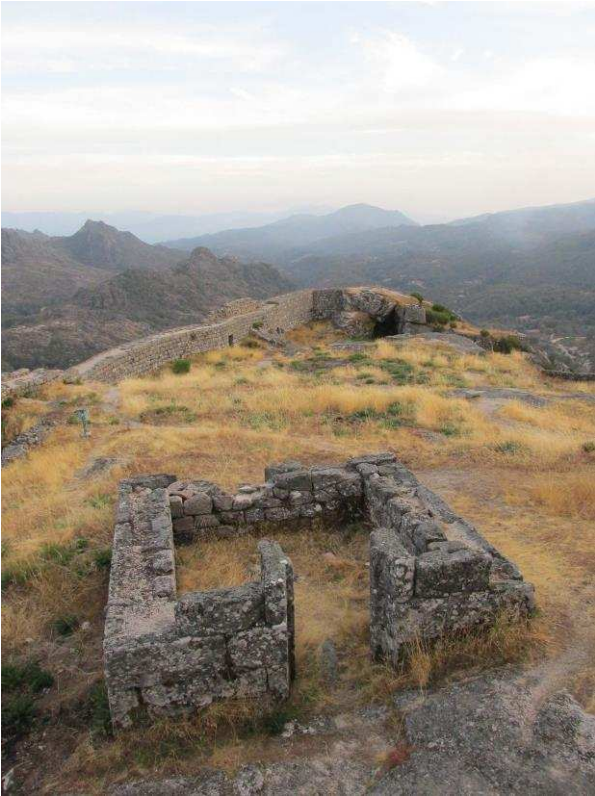


Fig. 28: Vista Norte sobre as ruínas da capela. Fotografia de Diana Carvalho.



Fig. 29: Parte Este da Muralha dionisina. Fotografia de Diana Carvalho.

Por último, a muralha é o elemento que consolida o conjunto de estruturas que compõem o castelo. Um outro aspecto “importante a considerar tem que ver com a configuração geral das fortalezas, isto é, com a sua volumetria e com o desenho das suas muralhas. Recordaremos que estas eram geralmente fabricadas em pedra, sendo concebidas para resistir, não só ao tiro directo dos engenhos adversários, como também às operações de escalada dos muros ou aos trabalhos de sapa e de britagem das respectivas bases, tradicionalmente levados a cabo pelos exércitos sitiadores” (Monteiro, 1999, p. 51).

É preciso referir que é nos panos de muralha e nas suas torres que se verificavam as influências árabes mais relevantes, nomeadamente, a barbacã e a torre albarã (nova forma de contra-ataque de onde pode ser arremetido pelas costas quem se aproxime da muralha), no entanto, os vestígios muçulmanos deixados em Castro Laboreiro são quase inexistentes, uma vez que a sua localização geográfica não permitia a construção de elementos complexos como por exemplo, uma barbacã. Poderiam, eventualmente, ter pensado numa barbacã

de porta, uma vez que a porta principal orientada a nascente possui um espaço que permitiria a sua construção, mas tal não aconteceu. Pequenos cubelos também seriam possíveis, no entanto, a planta desenhada por Duarte de Armas, apenas nos revela torres de formato quadrangular. No entanto, a existência do adarve, ou caminho de ronda (elemento comum), confirma a sua influência. “A palavra «adarve» deriva do árabe ad-darb, «o caminho estreito». Era, portanto, um caminho que percorria o alto dos muros, aproveitando a sua espessura, pelo qual se deslocavam as sentinelas. Era o caminho de ronda, que a Idade Média (nomeadamente Fernão Lopes) designava por «andaimo» (Barata e Teixeira (dir.), 2003, p. 108). No caso de Castro Laboreiro, era espaçoso o suficiente para duas sentinelas patrulharem ou se cruzarem em simultâneo (fig. 29)

As muralhas estavam condicionadas pela morfologia do terreno, do qual resultavam diferentes tipos de planta. Para o estudo de caso, observar a figura 30.

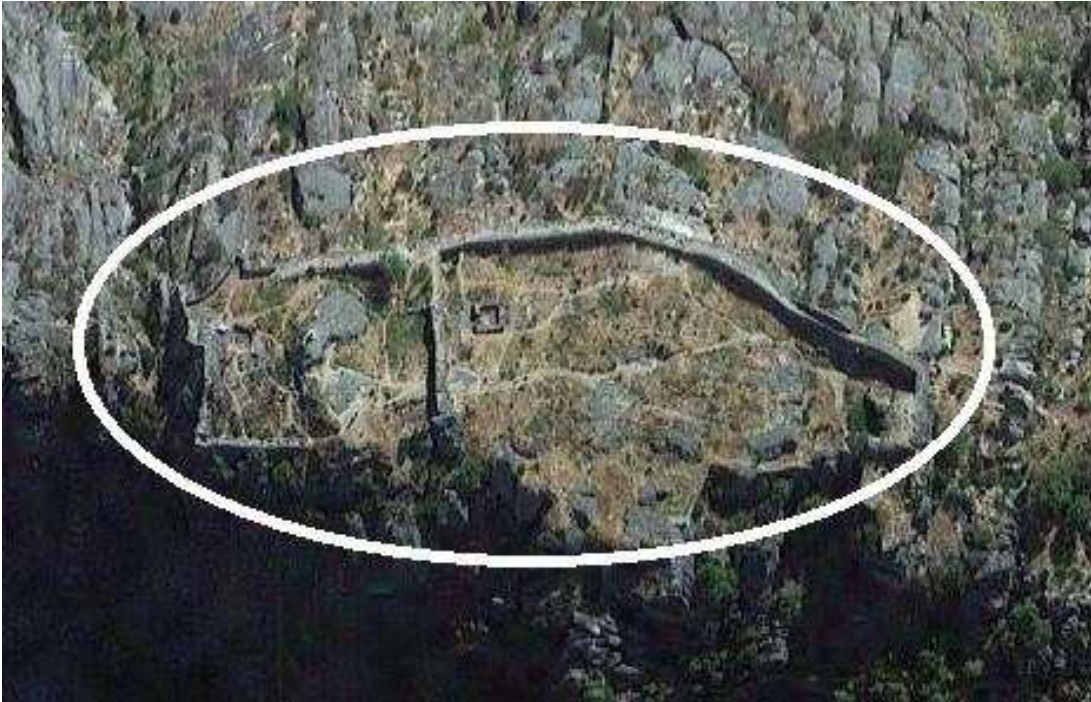


Fig. 30:
Vista aérea do
recinto do
castelo. Imagem
retirada do
Google Maps.



Fig. 31:
Reconstituição
arquitectónica do
castelo de Castro
Laboreiro,
segundo as
gravuras e a
planta de Duarte
de Armas (séc.
XVI), por Vítor
Hugo Sacadura.
Painel de azulejo
situado na
fachada do Hotel
Castrum Villae.

O tipo de trabalho representado na figura 31, devidamente fundamentado nas fontes existentes, ajuda-nos a uma melhor percepção do espaço ocupado por esta fortificação, uma vez que em muitos casos (e este é sem dúvida um deles), a sua leitura revela-se complicada, derivado do seu estado de ruína.

Agradecimento especial ao pintor Vítor Sacadura por facilitar a interpretação deste espaço com uma pintura que equivale a mil palavras, e contribui para a salvaguarda do património na memória da sua comunidade de pertença.

Para terminar, e da mesma forma que se começou esta secção do artigo, a palavra é de Mário Barroca: “Se é certo que estes testemunhos arqueológicos dizem sobretudo respeito a medidas lineares, destinadas ao comércio de tecidos, abrangendo deste modo uma pequena parte do complexo sistema medieval de pesos e medidas, eles não deixam de ser interessantes documentos com evidentes implicações económicas, que permitem um mais correcto conhecimento do panorama nacional destes domínios. Por isso, e porque o desconhecimento generalizado do seu verdadeiro



Fig. 32: Medida-padrão. Fotografia de Vítor Hugo Sacadura.

Fig. 34: Medidas-padrão nas portas da muralha de Sortelha. Fotografia de Manuel José Cunha.



significado pode conduzir a uma destruição irremediável, urge que sejam inventariados e valorizados.” (Barroca, 1992, p. 53). Respondendo ao apelo de Mário Jorge Barroca relativo à inventariação das medidas-padrão, seguem-se figuras daquilo que aqui se pressupõe ser uma medida-padrão, gravada na porta a sul da torre de menagem, na horizontal, a meio do recinto actual do castelo de Castro Laboreiro.

Estas medidas tinham por objectivo uniformizar o sistema de medidas de tecidos, combatendo fraudes. O artigo de Mário Barroca enumera um conjunto de medidas-padrão, tradicionalmente gravadas em paredes de Igrejas (fig. 33), portas de amuralhamentos urbanos (fig. 34) e em castelos (nomeadamente, nas torres de Menagem), com múltiplos e submúltiplos do Palmo (22 cm).

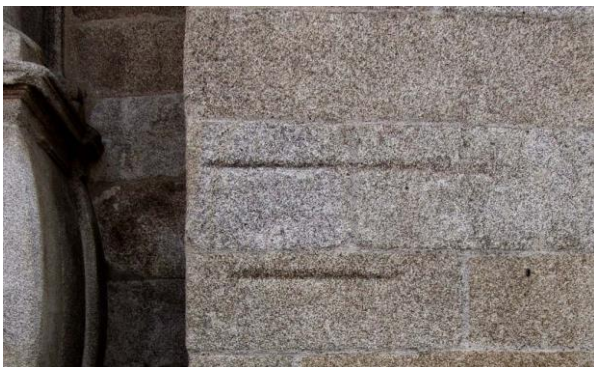


Fig. 33: Medida-padrão na Sé do Porto. Fotografia de Manuel José Cunha.

O “aferimento das medidas utilizadas pelos mercadores devia ser feito pelo confronto com a medida do comerciante com o padrão gravado na parede do monumento, devendo aquele encaixar dentro deste.” (Barroca, 1992, p. 62). O presente caso encaixa na meia-vara, que corresponde a 55cm, ou 2,5 Palmos. O avançado estado de degradação não permite confirmar se é de facto, ou não, uma medida padrão, a não ser pelo inegável valor do seu comprimento. No entanto, esta linha não apresenta “uma configuração característica, com o campo rectilíneo cuidadosamente rebaixado, com paredes verticais e espaço geométricamente definido” (Barroca, 1992, p. 62), o que sugeria que a medida do mercador encaixasse dentro da área reservada à medida-padrão. Este elemento suscita curiosidade também porque, segundo o autor, as medidas-padrão eram geralmente colocadas junto dos locais onde se realizavam feiras e mercados. Não é possível dizer neste ponto da investigação se alguma destas actividades se concretizava no recinto sul do castelo de Castro Laboreiro. Porém, ao lado desta gravura, encontra-se um alto relevo com características zoomórficas (figs. 35 e 36), que pode ser um indicador de alguma actividade aqui exercida com animais, pois é sabido que Leite de Vasconcelos na sua “excursão a Castro Laboreiro” nos finais do século XIX, (impresa na Revista Lusitana no princípio do século XX), refere a antiga e famosa feira de gado deste território. Embora nesta época tenha lugar numa área próxima à Igreja Paroquial.

É preciso ter cautela quando se galgam vários séculos e, por isso, esta dedução carece de aferição científica através das fontes disponíveis.

As medidas-padrão que se localizam nos castelos documentadas no artigo de Mário Barroca, datam dos tempos de D. Dinis (séc.XIII)⁴⁶. O mesmo se pode deduzir deste elemento, embora de forma apriorística, uma vez que o recinto Sul do castelo e os seus elementos arquitectónicos, são obra de D. Dinis. Para esta datação superficial da medida-padrão em causa, concorre ainda o facto de Castro Laboreiro ter recebido o estatuto de sede de Concelho no ano de 1271. Em termos gerais, “se atendermos a que o Côvado e a Vara são múltiplos perfeitos do Palmo, e se ponderarmos os valores encontrados para estas medidas, somos levados a pensar que já antes do reinado de D. João I o Palmo seria uma medida uniforme.” (Barroca, 1992, p. 56). O artigo do autor disponibiliza ainda fichas de inventário sobre as medidas-padrão documentadas, sendo as que ressaltam para comparação a este caso a de Braga (gravada na Torre de Menagem) e Guimarães (gravada na ombreira do portal de acesso ao claustro da Colegiada). A de Braga porque a medida é a Vara (110cm), o dobro da de Castro Laboreiro e porque é igualmente horizontal, a de Guimarães porque a medida é a Meia Vara (55cm), ambas pela sua proximidade ao território.

⁴⁶ “No que respeita aos castelos onde encontramos medidas-padrão gravadas, o de Penedono (nº9) apresenta uma reforma que tem sido atribuída aos tempos de D. Dinis, não podendo ser dissociada do valor estratégico que esta fortaleza apresentava antes da assinatura do Tratado de Alcanices, em 1297. Também o castelo do Alandroal (nº20) pode ser atribuído com segurança ao reinado de D. Dinis. Terá começado a ser erguido a 6 de Fevereiro de 1294, por iniciativa do Mestre de Avis D. Lourenço Afonso, conforme nos garante uma inscrição coeva. É provável que tivesse sido concluído em quatro anos, já que na sua Torre de Menagem se conserva uma outra inscrição comemorativa da construção do castelo, datada de 24 de Fevereiro de 1298. E o mesmo se diga de Castro Marim (nº23), onde a porta junto da qual se gravou a respectiva medida-padrão foi mandada erguer por D. Dinis em 1 de Julho de 1279, conforme documenta outra inscrição coeva.” (Barroca, 1992, p. 65)

Verdade seja dita, detectaram-se outras inscrições em redor da medida padrão e do alto relevo, que poderão indicar datas importantes ou outras informações contudo, não foi possível confirmar esta análise pelo motivo do avançado estado de degradação das pedras, sujeitas a intempéries climáticas da zona próprias desta zona de montanha.

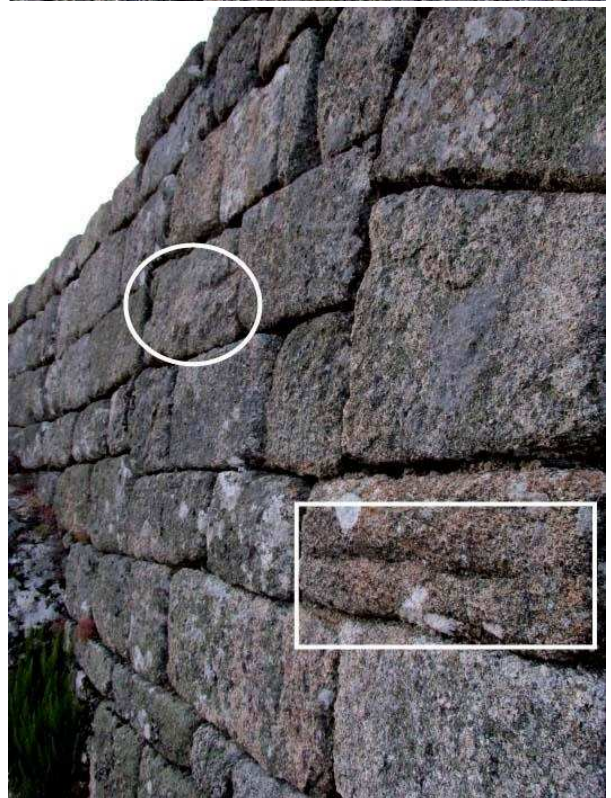
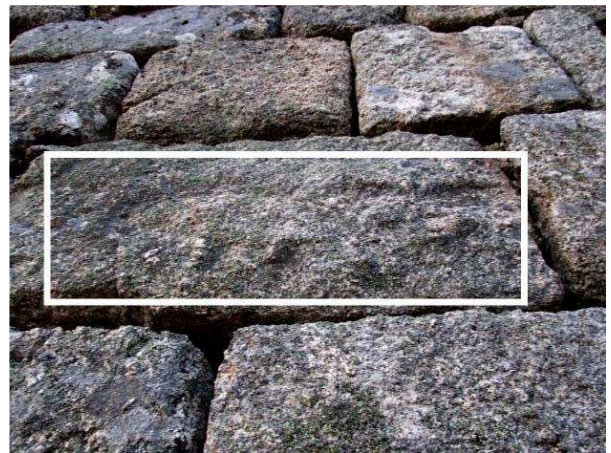
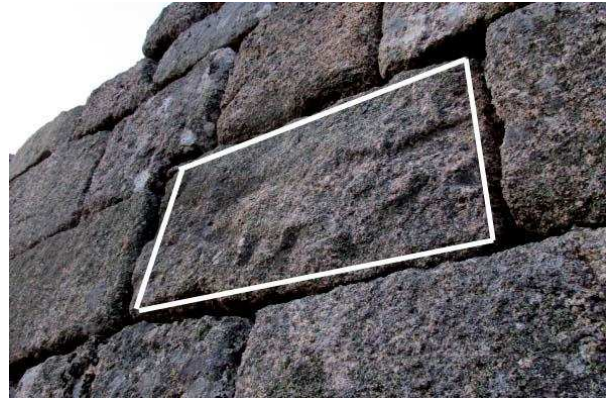


Fig. 35: Figura com características zoomórficas. Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 36: Outra perspetiva do alto relevo com características zoomórficas. Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 37: Enquadramento do alto relevo com a medida-padrão. Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 38
Castelo de Castro Laboreiro – Medidas

Elementos ⁴⁷		Medidas					
Objecto ⁴⁸	Orientação	Comp.	Larg.	Alt.	Prof.	Área	Localização
porta "do sol"	Este	-	1,18 m	2,25 m	2,07 m	-	Área Sul
porta "da água"	Este	-	1,03 m	2,20 m	1,90 m	-	Área Sul
gruta natural	Norte	-	6 m	6 m	10 m	-	Área Sul
porta entre recintos	Sul	-	1,21 m	2,38 m	1,90 m	-	
porta "do sapo" ou da traição	Norte	3 m (Fosso)	94 cm	1,23 m	2,10 m	-	Área Norte
pedra da gravura zoomórfica	Sul	-	80 cm	42 cm	55 cm	-	Área Sul
pedra da medida padrão	Sul	-	72 cm	27 cm	20 cm	-	Área Sul
muralha	Este	por verificar	2,20 m	-	-	-	Extensão de Norte a Sul
torre	Entrada a Oeste ⁴⁹	8 m (parede Este)	6 m (parede Norte)	-	-	48 m ²	Este. Muralha a meio do recinto.
torre	Entrada a Norte	8,42 m (parede Este)	6,80 m (parede Norte)	-	-	58 m ²	Oeste. Muralha a meio do recinto.
torre	-	6,50 m (parede Este)	5,45 m (parede Sul)	-	-	36 m ²	Sul. Muralha dionisina
capela	Norte	5,36 m (parede Sul)	89 cm	-	-	28 m ²	Área Sul medidas externas
		5,28 m (parede Este)	68 cm	-	-		
		3,63 m (parede Sul)	-	-	-	12 m ²	Área Sul medidas internas
		3,27 m (parede Este)	-	-	-		
-	1,07 m (entrada)	-	1,10 m	-	Área Sul medidas externas		
cisterna (parcialmente escavada na fraga)	Este/Oeste	4,48 m (parede Este)	42 cm	-	-	15 m ²	Área Norte medidas internas
		3,30 m (parede Sul)	50 cm	-	-		
tanque (anexo à cisterna)	Este/Oeste	1,26 m (parede Sul)	-	-	-	2 m ²	Área Norte medidas internas
		1,43 m (parede Este)	-	-	-		

4. Concepção patrimonial do castelo de Castro Laboreiro

4.1. Cronologia das políticas de gestão e preservação

A cronologia de acontecimentos do castelo (quem o administrou e de que lado se manteve o seu poder nas alturas de crise) contribui para representar esta comunidade e o território, por isso, o castelo é seu objecto de pertença e do seu percurso. A sua história contribui para que a perda da função original se convertesse em valorização e reconhecimento por parte

do Estado e da população local, em local de pedagogia e lazer. Habitualmente, quando se reconhece valor histórico a um monumento que perdeu a sua função original, concede-se oficialmente o estatuto de Património. O primeiro passo a ser dado neste sentido foi a atribuição do estatuto de Monumento nacional em 1944, durante a ditadura do Estado Novo (1933-1874).

Na ficha de inventário introduzida por Paula Noé no Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, e também no site da Direcção Geral do Património Cultural, a conceptualização patrimonial inicia-se em 1944, e segue uma linha cronológica até ao presente que visou a preservação e manutenção do monumento⁵⁰:

⁴⁷ Todas as medidas apresentadas têm carácter aproximado, não sendo possível precisá-las dada a orografia do terreno, bem como o estado de conservação da flora.

⁴⁸ Optou-se por não tirar medidas às restantes estruturas porque a sua delimitação é imprecisa.

⁴⁹ Ver planta no Livro das Fortalezas – gravuras de Duarte de Armas (séc. XVI).

⁵⁰ Fez-se uma investigação relativamente ao paradeiro dos processos de intervenção e restauro do castelo de Castro

1944 - MN - Monumento Nacional, Decreto nº 33 587, DG, 1.ª série, n.º 63 de 27 março 1944.

1949 - MOP - diversos trabalhos de consolidação e reconstrução de muralhas do castelo, no valor de 10.000\$00;

1957 - DGEMN - obras de consolidação e restauro das muralhas, pelo empreiteiro Manuel Nunes de Andrade; incluindo o apeamento e reconstrução de muralhas, a construção de uma porta, em madeira de castanho, para a porta nascente, e de uma porta em grade de ferro perfilado para o portal norte;

1958 - obras de consolidação pelo empreiteiro Saúl de Oliveira Esteves;

1974 - trabalhos de consolidação de alvenaria e a escavação de terras para sondagem, adjudicadas a Afonso Ferreira de Oliveira;

1975 / 1976 / 1977 / 1978 / 1979 / 1980 - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - escavações arqueológicas dirigidas pelo arqueólogo Roberto Leão, as quais revelam testemunhos de ocupação do local na Alta Idade Média;

1977 / 1978 - DGEMN - trabalhos de consolidação de alvenarias em degradação, junto da porta do sapo, a sudoeste junto duma fenda e a poente, incluindo o fornecimento das alvenarias em falta; reconstrução do coroamento da muralha junto à porta do sapo, cunhal norte-nascente e entre as portas do sol e da água, com cantaria de pedra existente de dente de cavalo, apicoado a tosco, incluindo limpeza e preparação de superfícies; e reparação das portas do sapo, da água e do sol, compreendendo ferragens e substituição de madeira impróprias;

1979 / 1980 - trabalhos de consolidação da muralha em vários pontos, reconstrução do coroamento da muralha junto da porta do sapo e da água, limpeza e arranque de vegetação em vários pontos, escavação e rebaixamento de terras junto da muralha do lado nascente, construção da porta principal do lado nascente, em madeira, reparação da porta do sapo e

pinturas das portas; as obras são executadas pelo empreiteiro Marques & Marques, Ldª;

1981 - continuação dos trabalhos de beneficiação;

1994 - recolha e reposição de alvenarias de silharia dispersas pelo interior e exterior das muralhas, levantamento e sinalização dos melhores traçados tradicionais de acesso ao alto rochoso, provocando a definição de degraus na rocha ou acrescentando elementos de granito, constituindo-se em pequenas escadas, nos locais de desnível acentuado mais acentuado, limpeza de vegetação e arranjo do piso nos recintos intramuros, reparação, recuperação ou substituição das portas, fornecimento e colocação de contentores de lixo e instalação de corda de ajuda e proteção nos percursos pedonais;

2005 - CMM - obras de valorização do acesso ao castelo. (fig. 36)

A partir da década de 70 é incluído no Parque Nacional da Peneda do Gerês, usufruindo também da sua gestão.



Fig. 39: Placa de Sinalização do Castelo. Fotografia de Diana Carvalho.

Laboreiro e encontraram-se seis processos digitalizados e disponíveis on-line na plataforma do SIPA (com o IPA nº 00002273), e outros seis, não digitalizados mas disponíveis para consulta, no Forte de Sacavém – Lisboa.

5. Observações finais

O castelo de Castro Laboreiro é pouco retratado na documentação contemporânea e nas fontes medievais e modernas as referências encontram-se diluídas, provavelmente pelo impacto diminuto que teve na construção da história nacional. Conforme disse Mário Barroca e Fernando Morais (1985/86), num estudo acerca do castelo de Aguiar da Pena, cujas referências também escasseavam, “o prolongado silêncio que a documentação revela para esta zona não deve estar dissociado da sua pobre representatividade institucional” (Barroca e Morais, 1985/85, p. 36).

Contudo, o castelo tomou posições de relevo para a sua defesa, sobretudo na vigilância e defesa da fronteira, bem como à escolha de partidos quando Portugal viu a sua independência ameaçada, embora nem sempre com sucesso.

Conforme já foi referido, procurou-se contextualizar a história do castelo com a do seu território, mas em muitos aspectos escaparam informações, e outras vezes, aquando da redacção do artigo e da integração das informações no texto, estas perderam alguma da sua clareza, por isso, fica o desejo que o castelo de Castro Laboreiro e o seu território, atraiam a curiosidade e o interesse científicos para o seu estudo, bem como projectos de escavações arqueológicas. Deseja-se também que as informações daqui resultantes se tornem acessíveis à comunidade científica e à comunidade local, no sentido do seu enriquecimento e da sua salvaguarda.

Bibliografia

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (2002) – *O sistema defensivo da Vila de Melgaço: dos castelos da reconquista ao sistema abaluartado*. Melgaço, Câmara Municipal.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1987) – “Melgaço e Castro Laboreiro”. In: *Alto Minho*. Lisboa, Editorial Presença.

BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) (2003) – “Do Vale do Mondego à Reconquista Definitiva de Lisboa”. In: *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Vol. I, pp. 33-44.

BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) (2003) – “Baixa Idade Média: O Castelo Românico”. In: *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Vol. I, pp. 106-114.

BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) (2003) – “Baixa Idade Média: O Castelo Gótico”. In: *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Vol. I, pp. 117-121.

BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) (2003) – “Os Castelos Portugueses nos Finais da Idade Média”. In: *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Vol. I, pp. 164-180.

BARROCA, Mário Jorge (1992) – “Medidas-padrão medievais portuguesas”. In: *Separata da Revista de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Vol. 9, pp. 53-85.

BARROCA, Mário Jorge (1990-1991) – *Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)*. *Portugália*. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Vol. 11-12, pp. 89-136.

BARROCA, Mário Jorge; MORAIS, António J. Cardoso (1985/1986) – “A terra e o castelo: uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena”. In: *Separata da Revista Portugália*. Nova Série, Vol. VI/VII.

CAPELA, Viriato (2005) – “As freguesias do Concelho de Melgaço nas Memórias Paroquiais de 1758”. In: *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758*. Câmara Municipal de Melgaço, Edição da Casa Museu de Monção / Universidade do Minho, pp. 150-153.

DECRETO N.º 33: 587. Diário do Governo, 1ª série, N.º 63, 27 de Março de 1944. Classificação de monumentos.

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural (2016) – <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69848/> [acedido 15.042016].

- DOMINGUES, José (2006) – *O Foral de D. Afonso Henriques a Castro Laboreiro, “ádito” para o debate*. Porto, Núcleo de Estudos e Pesquisa dos Montes do Laboreiro. Duarte de Armas, Livro das fortalezas, 3.ª Ed., Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa.
- DUARTE DE ARMAS (2006) – *Livro das fortalezas*. 3ª Ed., Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa.
- FUNDACIÓN PEDRO BARRIÉ DE LA MAZA; FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (2001) – “Castelos românicos portugueses”. In: *Romanico En Galicia y Portugal / Em Portugal e Galiza*. Lisboa, Fundación Pedro Barrié de la Maza, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 89-111.
- GONÇALVES, Iria (2012) – *Por terras de entre-Douro-e-Minho com as inquirições de D. Afonso III*. Porto, Edições Afrontamento.
- GONÇALVES, Iria (1998) – “Entre a Peneda e o Barroso: Uma Fronteira Galaico-Minhota em meados de Duzentos”. In: *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Vol. XV-1, pp. 63-76.
- GONZÁLEZ, José Avelino Gutiérrez (2001) – “La fortificación en el norte peninsular: castros y recintos campesinos en la Alta Edad Media”. In: *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa, Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, pp. 19-28.
- IGEO – Instituto Geográfico Português (2016) – <http://www.igeo.pt/> [acedido 20.05.2016].
- LIMA, Alexandra Cerveira Pinto Sousa (1996) – *Castro Laboreiro: povoamento e organização de um território serrano*. Melgaço, Instituto da Conservação da Natureza.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1996) – *Breve História de Portugal*. Lisboa, Editorial Presença.
- MATTOSO, José (dir.) (1997) – *História de Portugal. Antes de Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa, Vol. I.
- MATTOSO, José (dir.) (1997) – *História de Portugal. A monarquia feudal*. Lisboa, Editorial Estampa, Vol. II.
- MATTOSO, José (dir.) (1997) – *História de Portugal. No alvorecer da modernidade*. Lisboa, Editorial Estampa, Vol. III.
- MONTEIRO, João Gouveia (1999) – “O perfil do castelo gótico português (inovações, adaptações e morfologia)”. In: *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média – Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa, Edições Colibri, pp. 33-95.
- PINTOR, P. Bernardo (2005) – “Castro Laboreiro e Seus Forais”. In: *Obra Histórica I*. Monção, Rottary Club de Monção, Vol. I, pp. 37-49.
- RODRIGUES, Padre Aníbal (1996) – “O Castelo de Castro Laboreiro”. In: *Estudos Regionais. Viana do Castelo*, C.E.R., N.º 17, pp. 83-92.
- RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 11-A/2011, 4 de Fevereiro de 2011 – “Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês”. In: *Diário da República*, 1ª série, N.º 25.
- RODRIGUES, Padre Aníbal (1985) – *Pontes Romanas e Românicas de Castro Laboreiro*. Melgaço, Câmara Municipal de Melgaço.
- SÁEZ, Emilio (1948) – *Los Ascendientes de San Rosendo*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- SILVEIRA, Luis Espinha da (1997) – *Território e Poder*. Cascais, Patrimónia Histórica.
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (2016) – http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2273 [acedido 15.04.2016].
- VENTURA, Leontina (1998) – “A Fronteira Luso-Castelhana na Idade Média”. In: *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Vol. XV-1, pp. 25-52.

